

# Delfim nega moratória negociada e admite inflação superior a 138,6%

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, negou ontem que o Brasil esteja em entendimentos com o Fundo Monetário Internacional para pedir a moratória negociada. Ele ressaltou que "o Brasil está negociando a dívida externa, mas não a moratória". Na mesma ocasião ele admitiu que a taxa de inflação do país este ano deverá ser superior aos 138,6 por cento recentemente acertado com o Fundo.

Segundo o ministro, a missão do FMI que está voltando ao Brasil se ocupará somente com os acertos dos orçamentos fiscal, monetário e das empresas estatais para o próximo ano. Ele garantiu que a missão vem "para recolher esses números" — que não revelou — e não para o estabelecimento de uma nova taxa de inflação em torno de 160 por cento. O ministro achou "um exagero" essa taxa, mas disse que "certamente teremos uma inflação maior do que a tínhamos programado, e maior do que aquela

que, honestamente, mereceríamos".

Ao responder uma pergunta sobre o atual processo de condução do refinanciamento da dívida externa brasileira, o ministro admitiu que o Brasil vive um processo de moratória negociada.

— Nós sempre vivemos uma negociação. E o que é mais importante: nós procuramos um caminho, e temos sofrido alguma crítica porque é um caminho relativamente civilizado, que é o caminho de manter o sistema funcionando.

Reafirmando sua confiança na recuperação da economia brasileira, Delfim Netto criticou "as pessoas que não têm nada a ver com a responsabilidade da execução dos programas brasileiros e que falam em moratória". No entender do ministro, a moratória é "um problema interessante", e muitas propostas de outros economistas contrários à atual política, como Celso Furtado e Roberto Campos, têm sido

adotadas pelo governo. "Imaginem se estivéssemos vivendo todo esse tempo sem termos realmente postergado pagamentos, sem termos entrado em contato com os banqueiros, transferindo o pagamento de amortizações".

Para o ministro do Planejamento, a nova lei salarial que estabeleceu reajustes com base na variação de apenas 80 por cento do INPC nada tem a ver com o Fundo Monetário Internacional. Ele explicou que o governo remeteu uma nova lei salarial ao Congresso e este, na sua soberania, vai aprovar ou não. "mas isto não tem nada a ver com o FMI". Descartou, também, a hipótese de que rejeitada a Lei no Congresso o fundo não liberará a segunda parcela do empréstimo ampliado, no valor de 411 milhões de dólares.

— A política salarial é de responsabilidade do governo, de responsabilidade da nação. Este é um ponto interessante quando se fala em política salarial, todo mundo só pensa nos salários dos que es-

tão empregados, e ninguém pensa em porque houve tanto desemprego. Por isso o Brasil virou um país curiosíssimo, onde valem algumas leis construídas realmente num país tropical: é que não há nenhuma relação entre salário e emprego, que não existe nenhuma relação entre o nível de salário nominal e o nível de preços", concluiu.

Na área de preços, o ministro Delfim Netto disse que "nós vamos terminar este mês com resultados rigorosamente impensáveis". Segundo informou, os preços industriais estão crescendo entre 6 e 7 por cento, enquanto os preços dos produtos agrícolas estão crescendo em 17 por cento. Ele atribuiu essa elevação exagerada de preços às enchentes ocorridas no Sul do País e ao quinto ano consecutivo de seca no Nordeste. Esses aumentos, segundo Delfim, são consequência de "fenômenos que vamos reconhecer, dificilmente a economia poderia ter controlado".